

ORGANIZADORES
Ulisses Gabriel
Aline Gostinski

PROCESSO PENAL E DEMOCRACIA





Copyright© 2018 by *Ulisses Gabriel & Aline Gostinski*

Editor Responsável: Aline Gostinski

Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

1141010

P956

Processo penal e democracia / organizadores Ulisses Gabriel, Aline Gostinski. 1. ed. - Florianópolis [SC] : Tirant Lo Blanch, 2018.

384 p. : il. ; 23 cm

ISBN 978-85-9477-232-9

1. Direito penal - Brasil. 2. Processo penal - Brasil. 3. Estado de direito. I. Ulisses, Gabriel. II. Gostinski, Aline.

18-52297

CDU: 343.2(81)

Vanessa Mafra Xavier Salgado - Bibliotecária - CRB-7/6644

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei n° 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei n°9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.



Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Av. Embaixador Abelardo Bueno, 1 - Barra da Tijuca

Dimension Office & Park, Ed. Lagoa 1, Salas 510D, 511D, 512D, 513D

Rio de Janeiro - RJ CEP: 22775-040

www.tirant.com.br - editora@tirant.com.br

SUMÁRIO

MEDIAÇÃO FAMILIAR EM ATOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: AÇÃO ALTERNATIVA PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS DESENVOLVIDA NA DELEGACIA DE PROTEÇÃO À MULHER DE CRICIÚMA/SC	11
Fernando Pagani Possamai	
DIREITO PENAL MÍNIMO: UMA ABORDAGEM SOBRE O PRINCÍPIO DA OFENSIVIDADE E INTERVENÇÃO MÍNIMA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO	21
Giovani Justino da Silva Adelmo Cezar Sant'Ana	
DEMOCRACIA, CONSTITUIÇÃO E OS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS EM MATÉRIA PENAL	33
Zélia de Lucca Debiasi	
A DELAÇÃO PREMIADA E O ACORDO DE IMUNIDADE (ART. 4º, §4º DA LEI 12.850/13): A INCOMPATIBILIDADE DESTE INSTITUTO DIANTE DO PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL	45
Tainara Martinhago Virtuoso	
A CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DO COMPORTAMENTO DA VÍTIMA E OS EFEITOS DO SEU RECONHECIMENTO NA DOSAGEM DA PENA	59
Flávia Adalgisa dos Santos Vaz Flávio Schlickmann	
A (IM)POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA FACE A AUSÊNCIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO CRIMINAL	71
Ariane Cristina Arcelino	
GARANTISMO À BRASILEIRA	83
Jéssica Caroline Laucsem	
30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA: A INTERFERÊNCIA DA FUNÇÃO JURISDICIONAL E A REDEMOCRATIZAÇÃO	93
Alan Pinheiro de Paula André Luiz Bermudez Pereira	
FALSAS MEMÓRIAS NA PROVA TESTEMUNHAL	107
Amanda Lays Maestri	
O TRATAMENTO DISPENSADO À VÍTIMA SOB A ÓTICA DA LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL BRASILEIRA	125
Neiva Buratto Maestri	

A INVESTIGAÇÃO ACERCA DO ACIDENTE ENVOLVENDO AERONAVE CIVIL	145
Emilli Fátima Haskel da Silva Jonathan Cardoso Régis	
MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL: O ACESSO À JUSTIÇA PARA A EFETIVAÇÃO DA DENÚNCIA	155
Márcia Cristiane Nunes-Scardueli	
A CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE RELAÇÕES CONSULARES E A PRISÃO DE ESTRANGEIROS NO BRASIL	175
Adilson José Bressan Fabiano Henrique Schmitt	
O DIREITO PENAL E O PROCESSO PENAL COMO INSTRUMENTOS PARA DEMOCRACIA	195
Ana Claudia Orsi Arndt Mell Mota Cardoso Conte	
O INQUÉRITO POLICIAL SOB UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA .	205
Francislaine Rosa Chagas Francisco Nerling	
A EXCEÇÃO DE ROMEU E JULIETA APLICADA AO ESTUPRO DE VULNERÁVEL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA TEORIA NA RELATIVIZAÇÃO CASUÍSTICA DA VULNERABILIDADE	217
Ricardo Artur Azevedo Ester Ferreira dos Anjos	
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NORTEADORES DO DIREITO PENAL.	229
Francisco Henrique Melo de Lacerda	
O DEVIDO PROCESSO LEGAL E A SALVAGUARDA DE PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS: A PRESERVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 NA CONSTRUÇÃO EFETIVA DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	241
Katinali Rosa Mell Mota Cardoso Conte	
EM QUE MEDIDA A DESCONSIDERAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, PELA “JUSTIÇA POPULAR”, AFETA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO?	251
Patrícia Rosa Pasa Debiasi	
FALSAS DENÚNCIAS DE ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA COMO INSTRUMENTO PARA A GARANTIA DE DIREITOS	265
Aline Pozzolo Batista Vanessa Laner	

A FUNÇÃO SOCIAL DO INQUÉRITO POLICIAL NO DIREITO PROCESSUAL PENAL	281
Zari de Castro Safanelli	
A ATIVIDADE LEGISLATIVA CRIMINAL TUPINIQUIM	291
Marcelo Ricardo Colaço	
DEMOCRATIZANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA POLÍCIA CIVIL: DELEGADAS DE POLÍCIA EM FORMAÇÃO NA ACADEPOL/SC	307
Maria Aparecida Casagrande	
A PRISÃO PREVENTIVA DE MÃES E GESTANTES E A DECISÃO DO STF QUANTO AO HABEAS CORPUS COLETIVO Nº 143641/SP	321
Isadora Erbs	
TERRORISMO NA SOCIEDADE DE RISCO: APROXIMAÇÕES AO PROBLEMA JUSUMANÍSTICO	331
Nilzane Mabel Fornari	
Isaac Sabbá Guimarães	
A PRISÃO PREVENTIVA E A LEI Nº. 12.403/2011 NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	347
Hugo Rogério Grokskreutz	
UMA PROPOSTA (ENSAÍSTICA) DE REFORMA DO INQUÉRITO POLICIAL	361
Leonardo Marcondes Machado	
UMA PERSPECTIVA DA INTERNALIZAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	371
João Gabriel Melo	